



# A Santa Sé

---

**DISCURSO DO SANTO PADRE  
AO NOVO EMBAIXADOR DO TOGO  
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO  
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

18 de Dezembro de 1997

*Senhor Embaixador*

1. Seja bem-vindo a esta casa na qual tenho a honra de receber Vossa Excelência, por ocasião da apresentação das Cartas que o acreditam como Embaixador extraordinário e plenipotenciário do Togo junto da Santa Sé.

Agradeço-lhe as saudações que me dirigiu em nome de Sua Excelência o Senhor Gnassingbé Eyadéma, Presidente da República do Togo. Ficar-lhe-ia grato se se dignasse transmitir-lhe as minhas deferentes saudações. Faço votos por que todo o povo togolês, sempre presente nos meus pensamentos e no meu coração, conheça a prosperidade e a felicidade, numa sociedade cada vez mais fraterna, fundada na justiça e na solidariedade.

2. Alegro-me com o que Vossa Excelência acaba de dizer acerca do empenho do Togo pelo fortalecimento das relações de cooperação e amizade entre os povos. Dado que a África ainda conhece muitos focos de tensão e de graves conflitos fratricidas, é necessário perseverar com convicção nos esforços comuns já empreendidos, a fim de que se estabeleça tanto no interior das nações como entre elas mesmas, uma verdadeira cultura da solidariedade. A busca de soluções apropriadas para os problemas vitais das populações, para que cada uma possa usufruir de condições de vida serenas e decentes, é uma prioridade para estabelecer uma paz duradoura.

3. No seu discurso, Vossa Excelência ressaltou também o objectivo perseguido pelo seu país para estabelecer um Estado de direito. De facto, a sua instauração é indispensável para permitir o afirmar-se duma democracia autêntica. Por conseguinte, a fim de trabalhar de maneira eficaz pelo progresso e desenvolvimento da nação, é dever dos responsáveis do Estado vigiar por que, na vida política e social, todos os cidadãos possam exercer os seus legítimos direitos e, mediante eles, beneficiar das liberdades indispensáveis. Dar a todos a possibilidade de eleger livremente os seus dirigentes e participar nas decisões políticas que orientam a vida comum, é uma prerrogativa essencial que permite

conceder não apenas a alguns o que é direito de todos.

A própria liberdade está ordenada para a verdade, de modo particular quando diz respeito à compreensão do que é o homem e à percepção correcta do seu papel na vida social. Com efeito, a dignidade transcendente da pessoa humana deve guiar a acção política para garantir o futuro da liberdade. Como ressaltai em várias ocasiões, «a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionamentos visíveis ou ocultos» (*Centesimus annus*, 46).

4. A Igreja católica, no que lhe diz respeito, deseja colaborar com lealdade na busca do interesse comum. Sem dúvida, a sua vocação não é gerir os assuntos públicos. Ela reconhece a legítima autonomia das instituições políticas, bem como a própria liberdade a seu respeito, a fim de poder anunciar sem impedimentos a Boa Nova do Evangelho e recordar as suas exigências. Ela dá um contributo específico à promoção do bem da comunidade nacional, ao discernir e encorajar tudo quanto permite ao homem viver e crescer em conformidade com a sua vocação, bem como combater tudo o que é contrário aos valores evangélicos e o que, por conseguinte em certas circunstâncias, se torna inaceitável.

De facto, para ser fiel à sua missão de serviço do Evangelho, a Igreja não pode deixar de se interessar pelos problemas concretos dos homens. Ao participar através dos seus membros na vida da sociedade, ela não é indiferente ao destino das pessoas e das comunidades humanas nem aos perigos que as ameaçam. É seu dever, então, propor de modo claro os valores que deveriam ser garantidos para que a dignidade e os direitos individuais e colectivos das pessoas sejam respeitados. Em numerosas situações, ela deve fazer-se a voz dos que não se podem exprimir. Pois a sua vocação é contribuir para a edificação duma sociedade justa e reconciliada, na qual todos possam encontrar o seu pleno desenvolvimento humano e espiritual.

Senhor Embaixador, aproveito esta ocasião solene para saudar com afecto todos os Bispos e os membros da comunidade católica do Togo, dos quais conheço o dinamismo evangélico. Encorajo-os vivamente a trabalhar, em união com todos os homens de boa vontade do seu país, para a edificação duma sociedade renovada e fraterna, na qual cada um encontre o seu lugar e possa fazer frutificar os dons que recebeu de Deus. Ao prepararmo-nos para celebrar o grande Jubileu do Ano 2000, convido-os a reanimar a sua esperança e a dar testemunho dela entre os seus irmãos.

5. Senhor Embaixador, no momento em que inicia a sua missão, apresento-lhe os meus melhores votos pela nobre tarefa que o aguarda. Tenha a certeza de que encontrará sempre aqui, junto dos meus colaboradores, o acolhimento atento e compreensivo do qual poderá ter necessidade.

Sobre Vossa Excelência, o povo togolês e quantos presidem ao seu destino, invoco de coração a abundância das Bênçãos divinas.

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana